

Procuradoria vai investigar ministro que ‘rejuvenesceu’

Com mudança no registro de nascimento, Carreiro estendeu permanência no TCU

Fábio Fabrini | BRASÍLIA

O Ministério Público Federal abriu ontem investigação preliminar sobre a mudança de idade do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro. Um procedimento instaurado pela Procuradoria da República no Distrito Federal vai apurar se houve alguma irregularidade no processo de retificação da data de nascimento do ministro, revelado no domingo pelo Estado.

A iniciativa de Raimundo Carreiro chamou a atenção porque, ao apresentar documentação segundo a qual teria dois anos a menos, ele conseguiu adiar sua aposentadoria compulsória no tribunal e ficar no atual cargo mais tempo, podendo presidi-lo durante o biênio 2017-18.

Os procuradores devem fazer nos próximos dias diligências e pedidos de informação sobre a alteração do registro civil, viabilizada por meio de ação que tramitou na Justiça do Maranhão entre 2008 e 2009. O MPF deve também requerer ao

Senado dados sobre a aposentadoria do ministro na Casa. Ele obteve esse benefício em março de 2007, quando era secretário-geral da Mesa. Segundo a retificação que ele próprio pediu depois, teria então 58 anos e não 60. Ou seja, a aposentadoria foi obtida antes do prazo.

A Procuradoria do DF tem 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para apurar o caso. Se entender que há indícios de irregularidades, abrirá inquérito para investigar o processo.

Mudança. O ministro se aposentou no Senado em 2007 apresentando registro de nascimento de 6 de setembro de 1946 – com 60 anos completos. Em seguida, assumiu o cargo de ministro no TCU e pouco depois entrou com ação na cidade onde nasceu, São Raimundo das Mangabeiras (MA), pedindo para corrigir suposto erro em sua idade. Como prova, juntou certidão de batismo que indica nascimento em 6 de setembro de 1948. Esse “rejuvenescimento” de dois anos lhe daria mais tempo de carreira no Tribunal de Contas.



Sorriso. Raimundo Carreiro durante sessão do Tribunal de Contas da União: ele terá de se explicar ao Ministério Público

Tribunal promete mais transparência em gastos e agenda

● O presidente do TCU, Augusto Nardes, vai abrir dados do tribunal mantidos até agora sob sigilo. A decisão foi levada ontem aos colegas numa tentativa de criar uma “agenda positiva” após o caso do ministro Raimundo Carreiro, que mudou na Justiça o registro de nascimento para ficar mais tempo no cargo.

Sua explicação: foi registrada tardiamente, já aos 16 anos, e só teve “tempo e dinheiro” para corrigir o equívoco mais de 40 anos depois. Ele afirma que, poder no futuro ocupar a presi-

As regras de uma futura portaria de transparência devem ser apresentadas e discutidas na próxima quarta-feira ao colegiado.

Uma das propostas é levantar, por exemplo, o sigilo de gastos com viagens dos ministros. Os ministros têm cota anual de R\$ 53 mil para voos de “representação do cargo”, mas não revelam roteiros e motivos das viagens.

Também está em debate detalhar, ainda que parcialmente, os gastos com planos de saúde e reembolso de despesas médicas, além da abertura, na internet,

dência do TCU é uma “consequência”, mas não o “objetivo”, ao mudar sua data de nascimento. Ontem, ele não quis falar com o Estado nem ao entrar e nem ao sair do plenário no

das agendas dos ministros. No ano passado, o Estado mostrou, por exemplo, que o então líder do PMDB e hoje presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), fez lobby em gabinetes da corte por sócio interessado em decisão a respeito de uma licitação de R\$ 7 bilhões.

Em nota oficial, o tribunal confirmou ontem que “as autoridades do tribunal estão se reunindo para discutir ações necessárias visando a aperfeiçoar a divulgação dos gastos administrativos da corte”. / F.F.

TCU. Após a sessão, o colegiado se reuniu a portas fechadas por mais de duas horas. Carreiro recebeu a solidariedade de alguns colegas, mas, em público, nem todos quiseram falar a

Aldo leva mulher e filho em voo da FAB para missão em Cuba

Ministro do Esporte e familiares embarcaram em jatinho para a ilha do Caribe durante o carnaval deste ano

Tânia Monteiro | BRASÍLIA

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, aproveitou viagem que fez a Cuba, em missão oficial, no carnaval deste ano, para levar a mulher e o filho a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira. Em nota oficial, Aldo confirmou a viagem, mas disse que “não foi passear”, e sim “trabalhar, como mostra a agenda”.

A oposição criticou não só o uso de avião da FAB para viagens ao exterior, mas também a carona a familiares. Lembrou ainda que os voos ficariam muito mais baratos se fossem feitos em aeronaves comerciais.

Vice-líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR), disse que a Comissão de Ética da Presidência da República “tem de examinar este procedimento”,

que classificou como “injustificável”. Ele pediu ainda a regulamentação rigorosa para o uso dos aviões da FAB e devolução aos cofres públicos do dinheiro referente às passagens dos familiares do ministro.

Já existem regras para o uso dos jatinhos da FAB por autoridades. Elas foram criadas a partir do Decreto 4.244, de 2002, em meio ao escândalo de viagens de ministros do governo Fernando Henrique Cardoso para o arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco.

A solicitação de jatos da FAB tem de seguir os seguintes critérios, nesta ordem de prioridade: “segurança ou emergência médica”, “serviço” ou “deslocamento para o local de domicílio”. No caso de Rebelo, tratou-se de viagem oficial. As regras não são claras quanto às caronas dadas por autoridades – no caso, ao filho e à mulher do ministro.

O uso de avião da FAB na viagem do ministro e com familiares a Cuba foi revelado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Rebelo afirma que tanto sua

mulher quanto seu filho tinham convite do governo cubano para participar das programações.

O jato Legacy da FAB saiu de Brasília no sábado de carnaval, dia 9 de fevereiro, fez escala em Boa Vista, Roraima, e só voltou ao Brasil na quarta-feira de Cinzas, dia 13.

Outros casos. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), usou avião da FAB para levar a noiva e filhos de Natal ao Rio de Janeiro, para ver a final da Copa das Confederações. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pediu um jatinho da FAB para pegá-lo em Maceió para ir a uma festa na Bahia, justificando

● **Cobrança** “É preciso acabar de uma vez por todas com este uso indevido de aviões da FAB”

Rubens Bueno

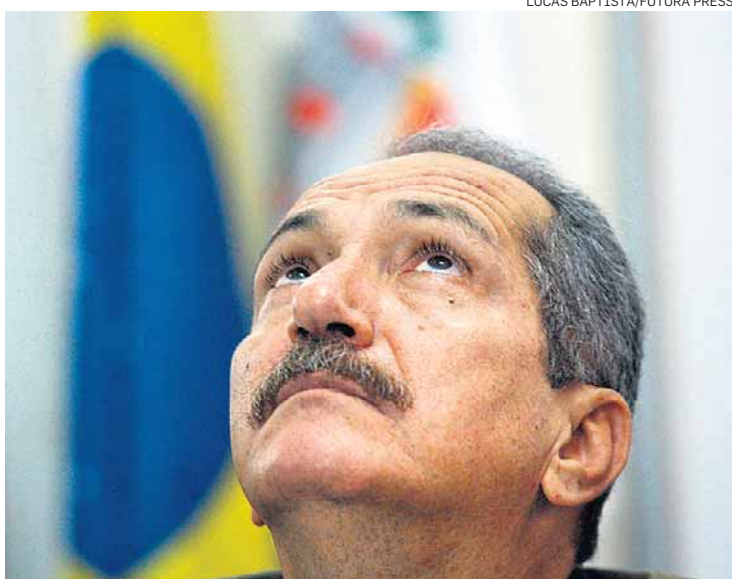
LÍDER DO PPS NA CÂMARA

que estava indo cumprir agenda oficial. O ministro da Previdência, Garibaldi Alves, foi de avião da FAB de Fortaleza para o Rio também para assistir a um jogo da seleção brasileira. Todos acabaram ressarcindo a FAB.

Olíder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), disse que “é preciso acabar de uma vez por todas com este uso indevido de aviões da FAB”.

Em nota divulgada à imprensa, Rebelo listou todos os seus compromissos em Havana, justificando que foi recebido pelo vice-presidente do Conselho de Ministros da República de Cuba, Miguel Díaz, e pelo vice-ministro das Relações Exteriores de Cuba, Rogério Sierra, além de se reunir duas vezes com o presidente e diretores do Instituto Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação (INDER) e com a direção da empresa Cubadeportes.

Além disso, acrescentou que visitou a Universidade das Ciências, Cultura Física e Deporte Manuel Fajardo. Ainda, de acordo com a nota do ministro, nestes encontros foi acertada a criação de grupos de trabalho e intercâmbio entre Brasil e Cuba para preparação dos atletas brasileiros e da infraestrutura esportiva do Brasil para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.



Carona. Aldo Rebelo levou mulher e filho em viagem a Cuba

AUTORIDADE A JATO PÚBLICO

● **Aldo Rebelo** O ministro do Esporte foi a Cuba no carnaval a fim de participar de um evento oficial do governo. Levou com ele mulher e filho

● **Garibaldi Alves** O ministro da Previdência viajou de Fortaleza ao Rio para ver o jogo da seleção na final da Copa das Confederações. Levou com ele o filho e um empresário

● **Renan Calheiros** O presidente do Senado voou de Alagoas para a Bahia a fim de ir a um casamento alegando se tratar de uma “agenda oficial”

● **Henrique Eduardo Alves** O presidente da Câmara dos Deputados viajou do Rio Grande do Norte ao Rio também para ver a partida da seleção na final da Copa das Confederações

Procuradores fazem pressão sobre Alckmin

Em abaixo-assinado, eles se opõem a projeto que os obriga a defender servidor do governo que se envolve em casos de improbidade

◆ Inquietos e céticos com o projeto de Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) que alegam tramitar “sob segredo” e que poderá transformá-los em defensores de agentes públicos – inclusive acusados por improbidade e corrupção –, 800 procuradores subscreveram abaixo-assinado no qual pedem ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) que submeta o

texto ao Conselho Superior da PGE antes de enviá-lo à Assembleia Legislativa. Os procuradores em atividade são pouco mais de mil – 80% do efetivo endossou o apelo a Alckmin.

A entrega do extenso abaixo-assinado ocorreu na Casa Civil, em audiência sexta-feira passada. É o capítulo mais tenso das relações entre os procuradores e o chefe da instituição, Elival da Silva Ramos, a quem eles atribuem interesse em manter oculta a redação final do projeto.

O Conselho Superior da PGE é órgão superior da instituição. O colegiado pode sugerir e opinar sobre alterações na estrutura da PGE e atribuições.

“Nossa maior preocupação é que o projeto, da forma como o conhecemos, deixa vulnerável a Procuradoria, enfraquece o poder de controle sobre os negócios da administração, a nossa análise da legalidade sobre licitações, contratos e convênios”, alerta Márcia Semer, presidente da Associação dos Procuradores do Estado.

O documento a Alckmin diz: “Sabedores de que a transparência e a legalidade são princípios inarredáveis que orientam o seu governo, requeremos seja reenviado o anteprojeto de Lei Orgânica ao Conselho da PGE”.

Márcia Semer sustenta que “assombra” seus pares dispositivo que os obriga a terem de fazer a defesa de servidores, efetivos e comissionados. “Não fazemos trabalho de defesa de autoridades. Somos advocacia de Estado, não de governo.”

Na sessão do dia 5 do Conse-

lho, Elival Ramos repudiou a versão de que a instituição serviria de escudo jurídico de corruptos: “Uma coisa absolutamente falsa e maldosa”.

“Queremos apenas que o texto seja submetido a uma apreciação do Conselho, mas fomos informados de que, a despeito do abaixo-assinado, o governo está decidido a mandar ao Legislativo”, justifica a procuradora.

O Palácio dos Bandeirantes negou que o projeto já esteja a caminho da Assembleia. Segundo a Casa Civil, o texto encontra-se na sua assessoria técnica legislativa e ainda não tem versão final. O procurador-geral, Elival da Silva Ramos, afirma que os procuradores não vão defender corruptos. Ele informou que já expôs o texto do projeto ao colegiado. /

FAUSTO MACEDO

STF dá liminar para Afif barrar processo em SP

Valmar Hupsel Filho

Presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski suspendeu ontem, em caráter liminar, o processo de perda de mandato do vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, pelo acúmulo de cargos por ter assumido, também, o Ministério da Micro e Pequena Empresa. O processo tramita na CCJ da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A liminar suspende o Ato do Presidente nº 48/2013 e, por consequência, o processo 3.351/2013. A decisão final caberá ao plenário do Supremo.

Datado de 16 de maio e assinado pelo presidente da Alesp, Samuel Moreira (PSDB), o Ato 48 acolhe o parecer da Procuradoria que descarta o crime de responsabilidade mas defende a abertura de processo pela perda de cargo “caso se reconheça o fenômeno da incompatibilidade funcional”.

O processo que analisa a situação de Afif foi aberto em 17 de junho, após representação do deputado Carlos Giannazi (PSOL). No pedido de liminar da terça-feira, no Supremo, Afif alegou irregularidade na instauração do processo.

Segundo ele, com a retomada dos trabalhos da Alesp em agosto, ele poderia ser “imediatamente aliado da vice-governadoria” por meio de um processo que considera irregular. O vice-governador afirmou, ainda, não haver qualquer proibição legal para assumir o ministério.